



PODER

Moraes adverte a Bolsonaro

ENTREVISTA PODE, MAS CORTES NAS REDES, NÃO

Apoiadores consideram que a resposta do ministro do STF à consulta dos advogados do ex-presidente é dúbia. Isso porque há o risco de prisão caso o trecho de algo que fale seja usado por alguém e, a partir daí, interpretado como burla às medidas impostas

» FABIO GRECCHI
» DANANDRA ROCHA
» WAL LIMA

A decisão do ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), sobre se Jair Bolsonaro burlou as medidas restritivas a ele impostas, foi recebida com receio pelos apoiadores do ex-presidente, pois a veem como deliberadamente dúbia. O magistrado afirma que Bolsonaro não está proibido de falar com a imprensa ou de se pronunciar, mas trechos especialmente selecionados não podem ser reproduzidos pelas redes sociais dele nem de terceiros — caso contrário, será preso por violar as regras a que está sujeito. Na prática, isso pode levá-lo a manter-se em silêncio e a evitar se manifestar em público.

Moraes, inclusive, dirige-se diretamente na decisão ao deputado federal licenciado Eduardo Bolsonaro (PL-SP), apontando-o como um braço daquilo que classificou como “milícia digital” que age nas redes sociais com o intuito de atacar o STF e as instituições do Estado brasileiro. O ministro observa que tudo aquilo que se relaciona ao ex-presidente é rapidamente replicado, sendo que alguns cortes especialmente contundentes à institucionalidade são reproduzidos e divulgados ainda mais velozmente, com o objetivo de induzir setores da opinião pública.

“Em momento algum Jair Messias Bolsonaro foi proibido de conceder entrevistas ou proferir discursos em eventos públicos ou privados, respeitados os horários estabelecidos nas medidas restritivas. A explicitação da medida cautelar imposta no dia 17/7 pela decisão do dia 21/7, deixou claro que não será admitida a utilização de subterfúgios para a manutenção da prática de atividades criminosas, com a instrumentalização de entrevistas ou discursos públicos

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press



Bolsonaro no culto em Taguatinga Sul: alívio ao saber da resposta de Moraes. Mas prudência levou-o a manter-se calado para não ser preso

como ‘material pré-fabricado’ para posterior postagens nas redes sociais de terceiros previamente coordenados”, observa o ministro.

Ainda segundo Moraes, são esses cortes das aparições do ex-presidente, replicados por aquilo que chamou de “milícias digitais”, que induziram o presidente norte-americano Donald Trump a uma interpretação equivocada do processo a que Bolsonaro responde no STF — cujo efeito foi a imposição de uma tarifaça às exportações brasileiras para os Estados Unidos — por chefiar uma organização que tentou dar um golpe de Estado no Brasil.

“Obviamente, não seria lógico e razoável permitir a utilização do mesmo modus operandi criminoso com diversas postagens nas redes sociais de terceiros, em especial por ‘milícias digitais’ e apoiadores políticos previamente

coordenados para a divulgação das condutas ilícitas que, eventualmente, poderiam ser praticadas por Jair Messias Bolsonaro, sejam em entrevistas, sejam em atos públicos, mas sempre com a finalidade de continuar a induzir e instigar chefe de Estado estrangeiro a tomar medidas para interferir ilícitamente no regular curso do processo judicial, de modo a resultar em pressão social em face das autoridades brasileiras, com flagrante atentado à soberania nacional”, salienta Moraes.

Zona cinzenta

O próprio Eduardo observou, em publicação no X (antigo Twitter), que a decisão do ministro não libera seu pai para dar entrevistas e fazer pronunciamentos públicos. “Moraes diz que meu pai pode dar

entrevistas, desde que não sejam ‘instrumentalizadas’ por mim. Ou seja, ele está dizendo que se eu falar sobre a entrevista que meu pai der ele irá prendê-lo, por atos que eu pratiquei”, disse.

Em outra publicação também no X, Eduardo acrescentou: “Ausência de clareza é clareza de arbitrariedade. A linguagem truncada de Moraes não é sem propósito. Se ninguém sabe o que se pode ou não fazer, então Moraes poderá selecionar por qual conduta prender Bolsonaro e em qual momento”, observou.

Outro que se manifestou sobre a decisão do ministro foi o líder do PL na Câmara, Sóstenes Cavalcanti (RJ). Em publicação também no X, ele observa: “Alexandre de Moraes recuou? Não. Ele apenas tentou encobrir a censura grosseira que havia imposto. Mas a pergunta é

inevitável: se não havia motivo, por que tornozeleira? Por que toque de recolher? Por que restrição de viagens? E agora diz que ‘descartou a prisão?’ Isso é disfarce”.

Para André Marsiglia, advogado e professor de direito constitucional, Moraes manteve a proibição de Bolsonaro de se manifestar. Em publicação também no X, ele frisa que “Moraes, na prática, mantém a censura a Bolsonaro”. “O entendimento é que, se terceiros — classificados como ‘milícias digitais’ — utilizarem trechos de entrevistas ou discursos ‘em favor de Bolsonaro’ ou ‘contra o Estado’, o ex-presidente poderá ser preso. Como Bolsonaro não tem qualquer controle sobre esse uso, falar em público se converte, na prática, em um enorme risco jurídico. Esse é o chamado *chilling effect* (efeito inibidor): situação em que a autoridade não

censura de forma expressa, mas cria um cenário de intimidação e constrangimento. A decisão de Moraes não oferece a Bolsonaro qualquer segurança jurídica para se manifestar”, explicou.

Apesar da dubiedade da decisão, conforme enxergada por bolsonaristas, o ministro não viu como infração deliberada o fato de Bolsonaro ter mostrado a tornozeleira eletrônica, na segunda-feira, e fazer um breve pronunciado, na passagem pela Câmara dos Deputados (**leia mais na página 3 sobre o flagrante registrado pelo Correio**). “Por se tratar de irregularidade isolada, sem notícias de outros descumprimentos até o momento, bem como das alegações da defesa de Jair Messias Bolsonaro da ‘ausência de intenção de fazê-lo, tanto que vem observando rigorosamente as regras de recolhimento impostas’, deixo de converter as medidas cautelares em prisão preventiva, advertindo ao réu, entretanto, que, se houver novo descumprimento, a conversão será imediata”, observa o ministro, fazendo uma advertência: “Como diversas vezes salientei na presidência do Tribunal Superior Eleitoral, a Justiça é cega, mas não é tola”.

Ainda que o ministro tenha considerado que o ato na segunda-feira tenha sido “isolado”, e que não seria suficiente para prendê-lo, Bolsonaro deu a entender que não quis correr riscos ao manter distância dos jornalistas e evitou falar em público. Ontem de manhã, participou de um culto evangélico, em Brasília, e ao tomar conhecimento do despacho de Moraes ao embargo de declaração impetrado por seus advogados, na terça-feira, ajoelhou-se e chorou. Em imagens divulgadas nas redes sociais da igreja, a ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro aparece pregando no púlpito, enquanto o ex-presidente — cuja tornozeleira era perceptível sob a calça — está sentado ao lado do senador Magno Malta (PL-ES).

“EM MOMENTO ALGUM JAIR MESSIAS BOLSONARO FOI PROIBIDO DE CONCEDER ENTREVISTAS OU PROFERIR DISCURSOS EM EVENTOS PÚBLICOS OU PRIVADOS, RESPEITADOS OS HORÁRIOS ESTABELECIDOS NAS MEDIDAS RESTRITIVAS. A EXPLICITAÇÃO DA MEDIDA CAUTELAR IMPOSTA NO DIA 17/7 PELA DECISÃO DO DIA 21/7, DEIXOU CLARO QUE NÃO SERÁ ADMITIDA A UTILIZAÇÃO DE SUBTERFÚGIOS PARA A MANUTENÇÃO DA PRÁTICA DE ATIVIDADES CRIMINOSAS, COM A INSTRUMENTALIZAÇÃO DE ENTREVISTAS OU DISCURSOS PÚBLICOS COMO ‘MATERIAL PRÉ-FABRICADO’ PARA POSTERIOR POSTAGENS NAS REDES SOCIAIS DE TERCEIROS PREVIAMENTE COORDENADOS

Trecho da decisão do ministro Alexandre de Moraes sobre o alcance das manifestações de Bolsonaro

MORAES DIZ QUE MEU PAI PODE DAR ENTREVISTAS, DESDE QUE NÃO SEJAM ‘INSTRUMENTALIZADAS’ POR MIM. OU SEJA, ELE ESTÁ DIZENDO QUE SE EU FALAR SOBRE A ENTREVISTA QUE MEU PAI DER ELE IRÁ PRENDÊ-LO, POR ATOS QUE EU PRATIQUEI

Publicação do deputado federal licenciado Eduardo Bolsonaro no X sobre a decisão de Moraes

Lula: que ex-presidente pague pelas “merdas”

» FERNANDA STRICKLAND

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva aproveitou o discurso que fez no 1º Encontro Regional de Educação Escolar Quilombola do Sudeste, ontem, para falar do processo em que Jair Bolsonaro é réu, no Supremo Tribunal Federal (STF), por tentativa de golpe de Estado. Disse que o ex-presidente “fez as merdas que fez” e que “pague pelas merdas que fez e respeite o povo brasileiro”. Lula acrescentou que “aqui (no Brasil) tem Justiça”.

“[Bolsonaro] preparou um golpe, nós ficamos vendo. A polícia investigou, eles mesmos se

delataram. Agora, ele foi indiciado, o procurador-geral [da República] pediu a condenação dele e ele vai, sim senhor, se a Justiça decidir com base nos autos do processo, para o xilindrô”, disse.

No evento, Lula usou um boné verde no qual se lia “Minha bandeira é a do Brasil”, bordado em amarelo. O alvo da crítica estava claro: o apoio que bolsonaristas vêm dando ao tarifaço de Donald Trump, que chegou ao ponto de deputados federais de extrema-direita estenderam, em uma sala de sessão da Câmara, uma faixa em apoio ao presidente norte-americano.

Mas teve espaço, também, para

fazer campanha eleitoral. O ministro Alexandre Silveira, das Minas e Energia, que acompanhava o presidente, exibiu outro boné verde no qual se lia “Make Brasil Lula Again” — um trocadilho com o “Make America Great Again” de Trump e cuja tradução livre pode ser “Faça o Brasil (grande) com Lula de novo”.

O presidente ainda enfatizou que a Justiça brasileira é independente, uma maneira de confrontar a versão difundida pelo bolsonarismo de que o ex-presidente está sendo “perseguido” por uma espécie de conluio entre o Palácio do Planalto e o STF. Isso, inclusive, foi

citado por Trump na carta em que anunciava o tarifaço para as exportações brasileiras.

O presidente também criticou o comportamento de Bolsonaro na transição de governo, no fim de 2022. “Não teve coragem de me esperar [para passar a faixa presidencial]. Fugiu como rato foge. Fugiu”, afirmou.

Sem citar diretamente o ex-presidente, Lula referiu-se ao adversário político como “o cara que tentou dar o golpe para não dar [a Presidência] para mim”. Lembrou, ainda, os 580 dias que passou preso em Curitiba, após ser condenado na Operação Lava-Jato. (Com FG)

Ricardo Stuckert/PR



Lula exhibe boné exaltando o patriotismo e Silveira com mote eleitoral